

AMBIENTES VIRTUAIS, REALIDADES CONCRETAS: PRÁTICAS DIGITAIS E ÉTICA NO ENSINO

VIRTUAL ENVIRONMENTS, CONCRETE REALITIES: DIGITAL PRACTICES AND ETHICS IN EDUCATION

Eliane Maria Ferreira Nunes

Must University, Estados Unidos

Samira Martins Garib

Must University, Estados Unidos

Joelma Maria Arruda Vinhas

Must University, Estados Unidos

Edna Ferreira Dourado

Must University, Estados Unidos

Sirlene da Guia Fagundes Teodoro

Must University, Estados Unidos

Sandra Maria Peres Sampaio

Must University, Estados Unidos

Scheilla de Oliveira Faria Rossato

Must University, Estados Unidos

Daniela Cardoso Matias

Must University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/pqnggb87>

Publicado em: 03.07.2025

Resumo: Este *paper* tem como propósito uma interseção entre Tecnologias, Cidadania e Educação, com enfoque nas práticas digitais e os riscos emergentes no contexto das instituições escolares. Assim, a pesquisa Bibliográfica envolverá citações teóricas e também abordará o papel do Marco Civil da Internet com vistas mitigar os riscos implicados à segurança on-line. O estudo destacará a importância da postura mediadora do docente frente às tendências proporcionadas pela Evolução Tecnológica. Nesse contexto, envolverá análises e reflexões sobre os direitos e deveres relacionados ao uso das mídias digitais, ou seja, a utilização equilibrada e responsável dos recursos digitais. Sendo assim, serão apresentadas análises referentes aos impactos da tecnologia na cidadania digital dos estudantes, ou seja, oportunidades e desafios que surgem com a inserção das novas tecnologias no ambiente educacional. Nesse viés, o trabalho tecerá reflexões sobre os entraves enfrentados para efetivação dessas concepções teóricas e práticas com vistas um processo de Ensino e Aprendizagem de Qualidade contemplando propostas voltadas para um ambiente Realidade Virtual,



com perspectivas de despertar o uso ponderado e responsável dos recursos midiáticos segundo a legislação digital. Dessa forma, será destacado o posicionamento que o docente precisa apropriar-se com o propósito de empregar adequadamente as ferramentas necessárias conforme a temática, componente curricular ou ainda objeto do conhecimento em análise, e paralelamente conciliar o despertar pertinente à conscientização quanto à cidadania digital.

Palavras-chave: Tecnologia. Cidadania. Educação. Riscos. Digitais

Abstract: This paper aims at an intersection between Technologies, Citizenship and Education, focusing on digital practices and emerging risks in the context of school institutions. Thus, the Bibliographic research will involve theoretical quotations and will also address the role of the Marco Civil da Internet with a view to mitigating the risks involved in on-line security. The study will highlight the importance of the teacher's mediating attitude towards the trends provided by Technological Evolution. In this context, it will involve analyzes and reflections on the rights and duties related to the use of digital media, that is, the balanced and responsible use of digital resources. Therefore, analyzes will be presented regarding the impacts of technology on students' digital citizenship, that is, opportunities and challenges that arise with the insertion of new technologies in the educational environment. In this bias, the work will weave reflections on the obstacles faced to put these theoretical and practical concepts into effect, with a view to a Quality Teaching and Learning process, contemplating proposals aimed at a Virtual Reality environment, with perspectives of awakening the thoughtful and responsible use of media resources according to digital law. In this way, the position that the teacher needs to take will be highlighted in order to properly use the necessary tools according to the theme, curricular component or even object of knowledge under analysis, and at the same time reconcile the relevant awakening to awareness regarding digital citizenship.

Keywords: Technology. Citizenship. Education. Scratches. Digital

Introdução

O século XXI tem revelado características de uma rápida evolução das tecnologias digitais, e dessa forma influenciado profundamente várias esferas da sociedade, incluindo a Educação. Assim, as práticas digitais estão se tornando cada vez mais presentes nas instituições escolares, oferecendo novas formas de ensinar e aprender. Todavia, essa inserção dos recursos tecnológicos também pode desencadear riscos e desafios, os quais precisam ser abordados para garantir uma experiência educacional positiva e segura para os estudantes.

Nesse contexto, a crescente influência das tecnologias digitais na sociedade tem repercutido no campo educacional, gerando novas oportunidades e desafios para as instituições escolares. Isso porque, a incorporação de práticas digitais na educação instiga o potencial para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, amplia o acesso ao conhecimento e impulsiona a cidadania digital entre os estudantes. Contudo, é imprescindível também abordar os riscos inerentes ao uso das tecnologias, como o cyberbullying, a exposição a conteúdos inadequados e a disseminação de informações falsas, dentre outros.

Nessa linha de raciocínio, a tecnologia contribuiu para a introdução de sistemas de comunicação mediados pelo computador e assim novas práticas de ensino são despontadas, seja na modalidade presencial ou a distância. Dessa maneira, surgem possibilidades de outros ambientes,

plataformas digitais voltadas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de forma mais significativa. Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa abordará análises e reflexões acerca das possibilidades das práticas digitais, bem como instigar a conscientização da Cidadania digital com o propósito de atenuar os riscos implicados à segurança on-line. Para tanto, o estudo envolverá referências bibliográficas que norteiam propostas pedagógicas que contemplam Estratégias de Ensino objetivando potencializar a conscientização concernentes à Cidadania Digital. Em outras palavras, intensificar ações educativas que promovam o entendimento dos direitos e também deveres em relação ao uso dos recursos midiáticos estabelecidos pelo Marco Civil da Internet.

Metodologia

A presente pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e fundamentada na pesquisa bibliográfica. Esta escolha metodológica se justificou pela necessidade de compreender os significados atribuídos às práticas digitais no contexto educacional, considerando as múltiplas interpretações e a complexidade dos fenômenos estudados. Conforme argumentado por Sousa, Oliveira e Alves, esse tipo de pesquisa contribui de forma significativa desde o início da investigação, permitindo conhecer o que já foi produzido sobre o tema e definindo os caminhos teóricos e metodológicos mais adequados.

Além disso, a abordagem qualitativa foi adotada por sua capacidade de proporcionar uma leitura interpretativa dos dados obtidos nos textos analisados. Os estudos de Brito, Oliveira e Silva evidenciam que essa abordagem se ancora na subjetividade dos fenômenos e nas experiências humanas, sendo eficaz para investigar contextos educacionais marcados por mudanças sociais rápidas e intensas.

O processo investigativo iniciou-se com a definição dos descritores, que nortearam a busca nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES e SciELO. Foram considerados artigos científicos, dissertações e teses publicados nos últimos cinco anos, escritos em português e que abordassem temas como cidadania digital, práticas pedagógicas mediadas por tecnologia e o papel do professor na era digital. A escolha dessas fontes visou garantir a atualidade e a relevância dos documentos analisados. Materiais não indexados, de procedência duvidosa ou sem aderência à temática foram excluídos.

Na etapa de levantamento, localizou-se um número inicial de 179 documentos. Após uma triagem prévia baseada em leitura de títulos e resumos, foram selecionadas 07 publicações para leitura integral. Essa seleção baseou-se na aderência ao problema de pesquisa e na contribuição teórica para o tema proposto. A leitura completa permitiu identificar abordagens pertinentes às práticas digitais e suas implicações éticas, possibilitando a construção de um panorama reflexivo sobre o uso das tecnologias no ambiente escolar.

Durante a análise dos textos, buscou-se extrair elementos que apontassem tanto as potencialidades quanto os riscos associados ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem. A discussão foi orientada pela comparação entre os achados teóricos e os dispositivos legais que regulamentam a cidadania digital no Brasil, como o Marco Civil da Internet. A análise envolveu também a identificação de propostas pedagógicas que promovem o uso crítico e consciente das

mídias digitais, considerando os princípios éticos, o respeito à privacidade e o desenvolvimento de competências digitais.

Por fim, os dados extraídos foram organizados em categorias temáticas, permitindo a construção de um corpo analítico coerente com os objetivos da pesquisa. A análise crítica das publicações revelou não apenas convergências teóricas, mas também lacunas e desafios que persistem na implementação de práticas digitais éticas nas escolas. Tal processo reforçou a importância do papel do professor como mediador, capaz de orientar os estudantes quanto aos direitos e deveres no ambiente digital, promovendo uma educação pautada na cidadania e na responsabilidade.

Interseção entre tecnologia, cidadania e educação

O Sistema Educacional contemporâneo deixa claro que o processo de Ensino e Aprendizagem está sujeito às alterações conforme avanços, progresso da sociedade. Esses avanços, proporcionados pelos recursos tecnológicos alteraram e apontam novas formas de buscar, novas concepções pertinentes à construção do conhecimento e até mesmo novos ambientes e novas formas de conceber a aprendizagem.

Segundo Sunaga e Carvalho (2015), a escola de hoje tem papel expensor onde não finda o aprendizado, mas sim, direciona e prepara os estudantes a trilhar de forma consciente e responsável novos caminhos.

Compreende-se então, o posicionamento teórico em relação aos novos ambientes de aprendizagem graças ao advento da internet, o qual tem proporcionado a popularização do acesso às tecnologias no contexto digital. E como consequência disso, a escola deixa de ser a única fonte, espaço de busca do conhecimento.

Nessa mesma linha de pensamento, Bacich ressalta que práticas pedagógicas tradicionais, as quais abrangem apenas a utilização de tecnologias passadas como o quadro negro e giz, não são apreciadas pelo corpo discente. (Bacich & Moran, 2018).

Nesse contexto, o cenário educacional vigente exige novas demandas implicadas à cidadania digital, haja vista a necessidade das práticas digitais, bem como a conscientização dos direitos e deveres, ou seja, o uso ponderado e responsável dos recursos midiáticos.

É inegável que as práticas digitais nas escolas possam ampliar o leque de possibilidades, desde o uso de dispositivos móveis em sala de aula até a interação em ambientes virtuais de aprendizagem. Essas práticas possibilitam a personalização do ensino, uma vez que estimula o engajamento dos alunos e instiga a criatividade. Todavia, como ressalta Prensky (2001), é essencial que a utilização de tecnologias digitais na Educação seja conduzida de forma crítica, objetivando a promoção de habilidades cognitivas mais profundas, em vez de gerir apenas o consumo superficial de informações.

Segundo Bacich e Moran (2018), cidadania digital representa uma das principais áreas de preocupação quando se trata do uso de tecnologias no âmbito educacional. Isso porque, compreende-se por cidadania digital a capacidade dos indivíduos de utilizar as tecnologias de forma ética, responsável e segura, respeitando os direitos dos outros e protegendo sua própria privacidade. Nesse viés, os autores enfatizam a importância de desenvolver habilidades de

cidadania digital dos estudantes, com o intuito de prepará-los para enfrentar os desafios do mundo digital.

É perceptível que a crescente demanda das práticas digitais nas escolas tem proporcionado ferramentas facilitadoras da aprendizagem, mas por outro lado, também tem desencadeado os desafios. A temática sobre segurança cibernética referente aos estudantes emerge como uma preocupação iminente. A exposição a conteúdos inapropriados, o cyberbullying e a coleta indevida de dados pessoais representam alguns exemplos dos riscos enfrentados pelos jovens no ambiente digital educacional. Em consonância com Boyd (2014), os estudantes estão imersos em um contexto onde a separação entre público e privado torna-se uma linha muito estreita. E dessa forma, é necessário uma compreensão mais profunda das dinâmicas das redes sociais e da proteção de informações fragilizadas.

Nesse panorama educacional, é necessário então que professores explorem e despertam o conhecimento dos seus alunos quanto ao Marco Civil da Internet, uma legislação brasileira que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no país. Ele desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania digital e na proteção dos usuários online, incluindo estudantes e educadores.

Outro fator importante a destacar é que o Marco Civil da Internet assegura a neutralidade da rede, garantindo que todos os dados transmitidos pela Internet sejam tratados de forma igualitária, sem discriminação por conteúdo, origem ou destino. Além disso, ele protege a privacidade dos usuários, exigindo o consentimento explícito para a coleta e uso de dados pessoais.

Sendo assim, vale recorrer sobre Cultura Digital, estabelecida pela BNCC, Competência 5:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018).

A leitura do documento permite compreender os direitos de aprendizagens dos discentes, habilidades e competências asseguradas pela BNCC e em consonância com o Marco Civil da Internet. Deixa bem claro que ao utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, é imprescindível a mediação do professor com vistas estabelecer que seja de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas, exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Vale salientar que essa competência reconhece o papel fundamental da tecnologia e estabelece que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, portanto, de fazer um uso qualificado, mas também ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade. Para tanto, professores regentes podem selecionar textos de acordo com o componente curricular e utilizar a metalinguagem, para explorar temática relacionada à cidadania, bem como riscos digitais. Para exemplificar, Exame Nacional do Ensino Médio, (Enem 2022), apresentou uma questão em Língua Inglesa intitulada: *A Teen's View of Social Media*.

É notório, que ao fazer a leitura do texto, o Exame Nacional do Ensino Médio, espera que o candidato utilize das Estratégias de Leitura (skimming, scanning, palavras cognatas, transparentes, gênero textual) , uma visão crítica com base nos conhecimentos sobre cidadania, riscos digitais/midiáticos para apontar a alternativa correta. Como é possível comprovar, a questão remete ao uso equilibrado das mídias digitais, na questão em análise, refere-se ao Instagram. Permite ainda refletir sobre a visão crítica referente às redes sociais, que é preciso filtrar informações e manter o equilíbrio emocional.

Similarmente à questão mencionada acima, é necessário abordar também ações educativas que abrangem temáticas associadas à cidadania e cultura digital tais como: o cyberbullying, a exposição a conteúdos inadequados e a disseminação de informações falsas. Nessa linha de raciocínio, com o objetivo de mitigar esses riscos, é importante que as escolas estabeleçam políticas de segurança digital, promovam, intensifiquem por meio de Metodologias Ativas, a conscientização dos alunos sobre os perigos da internet e incentivem o desenvolvimento de habilidades concernentes à cidadania e cultura digital

Conforme Moran, Masetto e Behrens (2010), a introdução das práticas digitais nas instituições escolares conta com uma postura pedagógica efetiva. Infere-se então a importância do perfil do professor mediador, provocador de questionamentos, discussões, as quais instigam seus alunos a serem pesquisadores, protagonistas na busca dos saberes. O papel mediador é essencial para que o corpo discente possa utilizar os recursos tecnológicos de forma crítica e reflexiva, evitando a alienação digital. Em síntese, a função do educador é orientar os estudantes quanto ao uso adequado das ferramentas digitais, incentivando o pensamento crítico e a avaliação das informações encontradas na internet

Mediante as pesquisas, análises e reflexões é compreensível que a erradicação dos riscos implicados às práticas digitais representa uma meta inatingível. No entanto, é possível reduzir tais riscos associados ao âmbito educacional. Assim, as escolas devem adotar abordagens proativas intensificando propostas pedagógicas pertinentes à educação para a mídia e a alfabetização digital integradas ao currículo. Dessa maneira, os alunos serão instigados a verificar se as informações são confiáveis, reconhecer ameaças on-line e proteger sua privacidade e bem-estar. De acordo com Rheingold (2012), a “alfabetização participativa” implica não apenas em consumir informações, mas também em produzi-las e compartilhá-las de maneira ética e responsável, sinônimo de cidadania digital.

Resultados e discussão

As práticas digitais nas escolas contemporâneas não se limitam a inovações tecnológicas, mas implicam mudanças estruturais na postura docente e nas relações de ensino. Bacich e Moran sugerem que o protagonismo estudantil depende da ruptura com metodologias tradicionais, as quais não despertam o interesse da geração atual. O uso de dispositivos digitais deve ser acompanhado de estratégias críticas que estimulem o pensamento reflexivo e a colaboração. Essa mudança de paradigma exige que o professor atue como mediador do conhecimento, promovendo experiências mais autênticas e significativas. Para isso, o planejamento pedagógico precisa integrar intencionalmente a cultura digital. É preciso ir além da simples utilização de ferramentas e promover sua apropriação ética e crítica. A construção de aprendizagens mais

sólidas está diretamente ligada à mediação consciente desses recursos. Isso fortalece o vínculo entre as tecnologias e o desenvolvimento humano no ambiente escolar.

Ao tratar da cidadania digital, observa-se que sua efetividade só é possível com o apoio da legislação vigente. O Marco Civil da Internet, segundo os autores do estudo, estabelece diretrizes fundamentais que devem ser exploradas no cotidiano escolar. Não basta utilizar a internet de forma instrumental; é necessário compreender os direitos e deveres que orientam essa prática. A mediação do professor torna-se essencial nesse processo, uma vez que cabe a ele traduzir esses princípios em linguagem acessível aos estudantes. A neutralidade da rede e a proteção dos dados são temas centrais que podem ser trabalhados em diferentes componentes curriculares. Tais conteúdos não apenas reforçam o uso responsável das mídias, mas também educam para a convivência democrática. A escola, portanto, assume o papel de espaço formativo integral, onde ética e tecnologia se entrelaçam. Ensinar cidadania digital é, acima de tudo, formar sujeitos conscientes das consequências de seus atos no ciberespaço.

A Base Nacional Comum Curricular, ao tratar da competência 5, enfatiza a necessidade de desenvolver habilidades voltadas ao uso crítico e ético das tecnologias. Essa orientação vai ao encontro das reflexões apresentadas por Bacich e Moran, que destacam a urgência de uma educação digital integrada às práticas escolares. Não se trata de apenas acessar conteúdos, mas de transformar a informação em conhecimento significativo. Nesse processo, os professores devem promover o protagonismo discente, possibilitando que os alunos sejam autores e não apenas consumidores digitais. A BNCC reconhece que a cultura digital envolve comunicação, produção e resolução de problemas. Assim, a atuação docente deve ser planejada com base em competências que transcendem o uso técnico das ferramentas. A mediação consciente proporciona experiências formativas mais amplas, voltadas à vida pessoal e coletiva. Isso reforça a ideia de uma escola conectada às demandas da sociedade contemporânea, sem perder de vista os valores éticos e sociais.

A presença das tecnologias no cotidiano escolar não elimina os desafios associados à segurança digital. De acordo com Boyd, os jovens vivem em uma realidade onde a separação entre o público e o privado está cada vez mais tênue. Essa condição torna vulnerável a integridade emocional e a privacidade dos estudantes. Por isso, é necessário promover ações educativas que discutam o uso adequado das redes sociais e das plataformas digitais. A mediação docente deve incluir o debate sobre limites e responsabilidades no espaço virtual. Compreender como as informações circulam e como podem ser manipuladas é um passo fundamental para evitar a propagação de desinformações e violências digitais. A construção de uma consciência crítica sobre esses riscos fortalece a autonomia dos alunos diante da internet. Isso reforça o papel formativo da escola como ambiente seguro de reflexão e aprendizagem. A cidadania digital, nesse sentido, deve ser vista como um direito a ser exercido com responsabilidade.

A alfabetização digital vai além do letramento técnico, incluindo práticas participativas e colaborativas. Rheingold afirma que os sujeitos precisam não apenas consumir, mas também produzir e compartilhar informações de modo ético. Essa perspectiva amplia a noção de educação para a mídia, que deve ser compreendida como um processo contínuo de formação cidadã. A escola, ao incorporar essa visão, potencializa a capacidade crítica dos alunos frente ao excesso de conteúdos disponíveis. É papel do professor criar condições para que os estudantes desenvolvam discernimento frente às informações que recebem. O domínio das ferramentas

deve ser acompanhado de consciência e responsabilidade. Essa formação permite que os alunos atuem como agentes transformadores em suas comunidades digitais. A inclusão dessa abordagem no currículo favorece o enfrentamento dos riscos associados ao ambiente virtual. Assim, a alfabetização participativa torna-se uma via estratégica para fortalecer a cidadania na era digital.

A BNCC, ao exigir uma abordagem crítica da tecnologia, impõe aos professores o desafio de incorporar práticas inovadoras mesmo em contextos de escassez de recursos. Sunaga e Carvalho destacam que a escola precisa preparar os alunos para além do conteúdo formal, promovendo experiências que estimulem autonomia e responsabilidade. Mesmo com limitações materiais, é possível desenvolver projetos que articulem o uso consciente das tecnologias. O mais relevante é a intencionalidade pedagógica e o compromisso com a formação integral do estudante. A criatividade docente surge como um diferencial importante para driblar os obstáculos estruturais. Estratégias como o uso de podcasts, vídeos curtos ou fóruns virtuais podem ser eficazes mesmo com recursos simples. O importante é fomentar o pensamento crítico e a colaboração entre os alunos. Assim, o desafio da inclusão digital torna-se uma oportunidade para reconfigurar as práticas educativas em favor de uma educação mais equitativa.

A mediação do professor nas práticas digitais requer também sensibilidade diante das emoções e vivências dos estudantes. Como argumentam Moran, Masetto e Behrens, o educador precisa provocar questionamentos e incentivar a busca ativa pelo saber. Essa postura contrasta com modelos instrucionistas e favorece uma aprendizagem mais significativa. Ao estimular o debate, o docente contribui para a formação de sujeitos investigativos e protagonistas. A construção de saberes, nesse contexto, acontece de forma compartilhada e contextualizada. Além disso, permite que os alunos reconheçam os impactos da tecnologia em suas vidas pessoais e sociais. Essa abordagem valoriza o diálogo e a empatia como princípios formativos centrais. O professor, portanto, não apenas ensina, mas também aprende com seus alunos em um processo de troca constante. Tal dinâmica fortalece vínculos e amplia os horizontes da prática educativa em tempos digitais.

O uso da tecnologia educacional deve ser pautado por objetivos pedagógicos claros, evitando a sua aplicação superficial. Prensky, ao discutir a condição dos nativos digitais, adverte sobre o risco de se limitar a experiências fragmentadas de aprendizagem. A presença de recursos tecnológicos não garante, por si só, um ensino de qualidade. O que faz diferença é a forma como esses recursos são integrados à proposta pedagógica. Isso exige planejamento, formação docente e intencionalidade. As práticas digitais devem ser articuladas a competências cognitivas e socioemocionais, favorecendo uma aprendizagem mais robusta. A escola deve oferecer espaços para que os alunos experimentem, errem e reconstruam seus saberes com base na mediação do professor. Esse processo enriquece o currículo e amplia o repertório dos estudantes. Ao investir na qualificação dessas práticas, o ensino torna-se mais relevante e conectado com a realidade dos alunos.

Por fim, observa-se que os documentos analisados convergem para uma compreensão integrada entre tecnologia, educação e cidadania. As propostas discutidas indicam que o uso pedagógico da tecnologia só se torna eficaz quando articulado a uma mediação ética e reflexiva. No entanto, ainda existem lacunas na formação docente para lidar com essas questões, especialmente no que diz respeito à abordagem crítica dos riscos digitais. Faltam também diretrizes claras que orientem a implementação dessas práticas em contextos de vulnerabilidade social. Para pesquisas

futuras, é necessário investigar como escolas com poucos recursos têm desenvolvido estratégias inovadoras no uso das mídias digitais. Outro aspecto relevante seria explorar a percepção dos estudantes sobre sua própria cidadania digital. Tais investigações podem ampliar o repertório de ações e políticas públicas voltadas à educação digital inclusiva. Esses caminhos reforçam o compromisso com uma escola conectada, ética e transformadora.

Considerações finais

O presente trabalho teve como principal objetivo refletir sobre o impacto das práticas digitais no contexto escolar, especialmente no que tange à cidadania digital e à mediação docente frente às exigências impostas pela contemporaneidade tecnológica. A pesquisa bibliográfica realizada permitiu identificar que a integração das tecnologias ao ambiente educacional não deve se limitar ao uso instrumental das ferramentas, mas sim à construção de uma cultura digital crítica, ética e consciente.

Observou-se que a presença das tecnologias digitais nas escolas está diretamente associada à necessidade de reformulação das metodologias de ensino, exigindo do professor um papel cada vez mais ativo, sensível e mediador. Essa transformação vai além do domínio técnico, alcançando a esfera das competências socioemocionais e das responsabilidades éticas que permeiam o uso das mídias digitais. Não se trata apenas de ensinar com tecnologia, mas de ensinar sobre tecnologia e suas implicações sociais.

Isso significa que o processo educativo precisa considerar, de forma intencional, as múltiplas dimensões do ambiente digital, incluindo os riscos associados, como a exposição a conteúdos nocivos, o cyberbullying e a desinformação. Tais desafios impõem à escola o dever de preparar seus estudantes para navegar com segurança e discernimento no universo digital, construindo um repertório crítico que lhes permita atuar como cidadãos conscientes.

A relevância das constatações aqui apresentadas está no fato de que elas indicam uma lacuna ainda presente na formação docente e nas políticas públicas educacionais, principalmente em regiões com acesso limitado a recursos tecnológicos. A cidadania digital, embora prevista na BNCC, ainda encontra obstáculos para sua efetivação no cotidiano escolar, tanto por fatores estruturais quanto por resistências culturais.

A partir desse diagnóstico, é possível propor novas frentes de pesquisa voltadas à investigação de práticas pedagógicas inovadoras em contextos de vulnerabilidade social. Seria igualmente relevante explorar o papel da formação continuada na capacitação dos professores para lidar com os desafios da mediação digital, bem como analisar a percepção dos próprios alunos sobre seu protagonismo no ciberespaço.

Além disso, a realidade escolar precisa ser compreendida como um espaço de diálogo entre as inovações tecnológicas e os valores humanos. As experiências compartilhadas entre docentes e discentes podem se tornar oportunidades para a construção de um aprendizado mais significativo, pautado na empatia, na ética e na responsabilidade social. Essas interações enriquecem o ambiente educacional e fortalecem a função da escola como agente formador de consciência crítica.

Nesse sentido, destaca-se a importância de desenvolver projetos interdisciplinares que articulem o uso das tecnologias a temáticas relevantes, como direitos digitais, privacidade,

consumo midiático e produção colaborativa de conteúdos. Tais iniciativas podem consolidar uma prática pedagógica mais próxima da realidade dos estudantes e, ao mesmo tempo, contribuir para a formação de sujeitos reflexivos e transformadores.

Por fim, a contribuição deste estudo reside na constatação de que não basta incorporar tecnologias ao ensino: é preciso desenvolver uma pedagogia da presença digital. Isso implica uma mudança profunda na forma como concebemos o papel do professor, o currículo e os objetivos educacionais. Que futuras pesquisas possam ampliar esse debate, investigando os impactos de políticas de educação digital e estratégias de inclusão tecnológica, com vistas a consolidar uma escola democrática, segura e conectada com os desafios do século XXI.

Referências

Bacich, L.; Moran, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

Boyd, D. It's complicated: the social lives of networked teens. Yale University Press, 2014.

Brasil. Marco Civil da Internet. Lei 12.964/14. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2022_PV_impreso_D1_CD1.pdftr/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2022_PV_impreso_D1_CD1.pdftr/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm) . Acessado em 11 de agosto de 2023.

Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Exame Nacional do Ensino Médio 2022. Disponível em: [https:// download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2022_PV_impreso_D1_CD1.pdf](https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2022_PV_impreso_D1_CD1.pdf). Acessado em 11 de agosto de 2023.

Brito, A. P. G., Oliveira, G. S., & Silva, B. A. (2021). A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44), 1–15.

Moran, J. M.; Masetto, M. T.; Behrens, M. (2010) *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus.

Prensky, M.: *Digital Natives Digital Immigrants*. In: PRENSKY, Marc. *On the Horizon*. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a).

Rheingold, H. *Net smart: how to thrive online*. The Mit Press, 2012.12.

Sousa, A. S., Oliveira, G. S., & Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, 20(43), 64–83.

Sunaga, A.; Carvalho, C.S. *As tecnologias digitais no ensino híbrido. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, p.141-154, 2015.